
TURISMO CULTURAL E PATRIMÔNIO: A MEMÓRIA PANTANEIRA NO CURSO DO RIO PARAGUAI

Álvaro Banducci Jr.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil

Resumo: *A lenta ocupação do extremo Oeste brasileiro encontra-se registrada, através de uma série de vestígios arqueológicos e históricos, às margens daquele que foi o caminho natural de penetração humana na região: o rio Paraguai. Ao longo de seu eixo é possível encontrar, ainda hoje, ruínas de saladeiros ou charqueadas, que constituíram o grande empreendimento econômico do Pantanal até meados do século XX; casas-grandes, que foram sedes de importantes fazendas de onde partiram os pioneiros da ocupação pastoril da planície; e sítios arqueológicos, que registram diversos períodos da ocupação indígena da região, entre outros sinais da presença humana no Pantanal. O levantamento desse patrimônio histórico e cultural e a análise de seu potencial mobilizador da memória e da identidade das populações pantaneiras, tendo por base a atividade turística, constituem-se no objetivo deste estudo.*

Palavras-chave: *identidade, memória, Pantanal, turismo.*

Abstract: *The slow occupation of the westernmost Brazil is registered in a series of archeological and historical vestiges along the side of that which was the natural way of human penetration in the region: the Paraguay River. Along its axle it is possible to find, still today, “saladeiros” ruines or “charqueadas”, which were the biggest economical project in the Pantanal until the middle of the 20th century. Big houses were seats of important farms from where the pioneers of the occupation of the rural plains left, archeological sites that register various periods of the native occupancy in the region, among other signs of the human presence in the Pantanal. The survey of this inheritance and the analyses of its potential role on the cultural literacy and identity mobilization of the Pantanal population, having the tourism activity as support are the aims of this study.*

Keywords: *cultural literacy, identity, Pantanal, tourism.*

Viagem: o futuro do pretérito

A excitação tomava conta do grupo de seis pesquisadores que, naquela tarde, embarcaria no “Baía das Pombas” para uma viagem prevista de 1.200 km através do rio Paraguai. A pequena lancha, destinada ao transporte de pescadores esportivos, com capacidade para 20 passageiros entre tripulação e turistas, seria, por duas semanas, nossa moradia cativa.

A expedição tinha como meta encontrar, a partir dos olhares treinados dos pesquisadores, possíveis evidências de degradação das margens do rio Paraguai; vestígios de danos causados à mata ciliar e de deterioração da qualidade das águas e do leito do rio, resultantes do tráfego de comboios de barcaças que estendem até ao Norte do Pantanal os impactos da navegação na Hidrovia Paraguai-Paraná. Os efeitos dessa via fluvial, bem como da atividade turística sobre a economia e a vida da população local, também constituíam-se em objeto de estudo da expedição.

Decorridos alguns dias, seduzidos pelas belezas do Pantanal e pela simplicidade de sua gente ribeirinha, percebíamos nossas experiências de viajantes acadêmicos se fundirem e confundirem-se com as de visitantes comuns, atentos e sensíveis aos espetáculos que nos proporcionava a paisagem pantaneira. Não sabíamos mais discernir o que de nosso interesse dizia respeito ao pesquisador e ao turista. Qual de nossas sensações do mundo externo era mais verdadeira ou autêntica: as que ficaram registradas nos relatórios técnicos, ou as do turista popular, que animam nossa memória informada e emocionada de viajantes? (Expedição Cáceres-Porto Murtinho. Anotações de viagem)¹.

¹ A expedição científica “Cáceres-Porto Murtinho”, em 1999, reuniu uma série de especialistas – um hidrólogo, uma bióloga, um engenheiro naval, dois geólogos e um antropólogo, além de um jornalista – promovida pela Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC) e pelo Instituto Centro da Vida (ICV), a pedido da WWF, com intuito de avaliar a dimensão dos impactos causados pela navegação na hidrovia Paraguai-Paraná. Durante 13 dias de viagem foram percorridos 1.200 km do rio, desde a cidade de Cáceres, no Mato Grosso, até Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul. A elaboração deste artigo foi possível sobretudo pelo esforço da Coalizão Rios Vivos que, através de sua associada Ecologia e Ação (Ecoa), insistiu na necessidade de uma perspectiva social dos impactos causados pela hidrovia.

No momento em que as culturas se desterritorializam, que penetram e são penetradas pela modernidade com seu padrão civilizatório estandardizado, a viagem, tal como diz Ortiz (1995), manifestação emblemática do mundo globalizado, perde a sua aura aventureira, converte-se numa prática que não conduz senão ao mesmo. Desaparecem os riscos e a excitação, os contatos com os povos visitados passam a ser mediatizados por agentes e dispositivos codificados de informações, tais como guias turísticos, mapas, fôlderes, etc. A viagem deixa de ser um rito de passagem para tornar-se meramente lazer.

Essa análise segue na esteira do debate que inaugura a reflexão sobre turismo nas ciências sociais. Na década de 1960, Boorstin (1964) havia chamado a atenção para o caráter estandardizado e alienado da prática turística. De acordo com ele, a viagem como experiência autêntica foi suplantada por essa nova modalidade de deslocamento, que se caracteriza pela passividade e pelo controle. O turismo, com seus pacotes pré-programados, com suas visitas orientadas e com seus passeios por ambientes projetados, visando atender demandas massificadas de lazer, vem expressar a essência da artificialidade que fundamenta a sociedade ocidental do final do século XX.

Essa mesma artificialidade, na visão de MacCannell (1999), mobiliza os homens numa busca constante pelo autêntico. Tal como entende, o turismo consiste numa tentativa de se encontrar em outros lugares, junto a outros povos, em diferentes culturas, a experiência genuína que não mais vivenciam em sua sociedade. Em última instância, o turismo se constituiria “na linguagem pela qual se articularia um conjunto importante de valores da vida moderna, por meio do qual se estaria vivenciando a possibilidade de ir ao encontro do outro” (Araújo, 2001, p. 60).

Muito do debate sobre o tema nas ciências sociais oscilou entre essas duas posturas, adquirindo, a partir de suas referências, novos e mais complexos desdobramentos, tais como a denúncia dos efeitos negativos do turismo sobre as comunidades receptoras; a perspectiva da mercantilização dos espaços e da cultura nos quais incide o empreendimento turístico; o turismo como inversão ritual, como experiência do distanciamento do cotidiano; a noção das tradições e da identidade como produto de construção coletiva e, como tal, não apenas invenções resultantes do processo turístico, mas criações a ele direcionadas e por ele legitimadas; entre outros.

Na antropologia, cujo enfoque recai nas práticas e nos sentidos que emergem da experiência de viagem, seja para os turistas ou para as comunidades receptoras (Steil, 2002), uma outra perspectiva, a propósito do fazer antropológico, emerge desse debate. Crick (1989) já havia mencionado o mal-estar que causa à academia a associação da prática antropológica com a do turista, sobretudo pela proximidade formal que existe entre suas atividades: o deslocamento e o contato com o outro. Mesmo conscientes das diferenças de qualidades que subsistem à perspectiva dessas duas categorias de viajantes, Urry e Rojek (1997) ressaltam que há paralelos interessantes a se considerar em suas experiências. De acordo com eles, os turistas compõem um exército de semióticos – consomem não apenas objetos e serviços, mas também signos – dotado não apenas de sensibilidade para perceber o mundo externo, mas de grande habilidade para “decodificar informações” (Urry; Rojek, 1997, p. 127).

Seguindo esse debate, Augé (1999) argumenta que o mal-estar da academia deve-se muito ao fato do antropólogo experimentar a mesma vertigem e as mesmas tentações vivenciadas no contexto do turismo: uma prática de deslocamento cujo impulso de partida encontra sentido em sua causa final, o retorno, isto é, nas recordações e memórias que dela se constroem, e que mais tarde podem ser desfrutadas lenta e saborosamente, como se fossem, no dizer do autor, uma experiência vivida no futuro do pretérito.

A viagem não se esgota na vivência de experiências sensíveis, de emoções inusitadas e excêntricas, mas, para além do momento presente, ela se objetiva num fim que é o seu relato. A narrativa, diz Augé (1999), é o que dá sentido à experiência do viajante, é o que torna o deslocamento, e tudo aquilo nele implicado – a aventura, o desconforto e, ao mesmo tempo, o contato com o inusitado, o prazer e o deslumbramento –, referência para o espírito, satisfação dos sentidos e possibilidade de conhecimento, seja de si mesmo ou do outro. As lembranças, na forma de memórias escritas, de anotações etnográficas ou de imagens congeladas em fotografias, são a razão de ser da viagem, ela existe em função dessas diferentes formas de relatos.

Se persiste uma diferença de qualidade entre as narrativas do turista, do escritor viajante e do etnólogo – visto que este último não é um autor que se escuta por si mesmo, mas que formula seu relato e revive suas memórias sem fazer abstração da verdade objetiva daquilo que diz (Augé, 1999) – a

prática do turista fundamenta-se na mesma lógica desses viajantes, a de engendrar um relato futuro, ou, como diria Geertz (1979), a de produzir novas e infundáveis interpretações. É justamente essa dimensão da experiência turística que interessa analisar aqui.

Conforme Augé, a viagem do turista “ganha sentido numa narrativa que tem necessidade de audiência. Esta narrativa permite uma recomposição do passado que é também uma recomposição daquele, daquela ou daquilo que viveram: é uma afirmação do eu que passa pela palavra” (Augé, 1999, p. 15). Essa afirmação do eu, por seu lado, e na medida em que se constitui como resultado de um encontro, pode ser também uma afirmação da alteridade, no instante em que a torna visível, e da identidade, na medida em que a experiência pode remeter à memória de um povo, pode induzir o encontro com sua própria história.

Este estudo, resultado das investigações realizadas durante viagem de pesquisa no rio Paraguai², em novembro de 1999, visando a elaboração de trabalho de doutorado sobre pesca e turismo no Pantanal, tem por objetivo avaliar o atual modelo de desenvolvimento turístico implantado na região. Da mesma forma, se propõe a avaliar o patrimônio histórico e cultural existente no rio Paraguai, visando a implantação de modalidades alternativas de turismo, como o turismo cultural. Por fim, pretende discutir o potencial desse tipo de atividade no processo de construção da memória e afirmação da identidade regionais no contexto pantaneiro.

Turista: participe do passado

Tarde cinzenta, porém em nada monótona ou triste. Após 48 horas de atraso, nossa lancha inicia os primeiros movimentos rumo ao que se revelaria uma longa e surpreendente jornada através das águas escuras e tranquilas do rio Paraguai. A cidade de Cáceres – MT, aos poucos fica para trás. Com ela, o casario colonial, em muito ainda preservado, que registra o período áureo daquele entreposto comercial do Norte pantaneiro. Ficam as ruas estreitas, o calor dos trópicos e,

² Os dados aqui apresentados, relativos ao patrimônio histórico e natural do rio Paraguai, foram coletados durante a expedição científica “Cáceres–Porto Murtinho”.

na memória do povo, a ponte de pedras, réplica centenária de monumento francês, singular em sua arquitetura, destruída pela iniciativa inescrupulosa de um administrador municipal que, contrário ao desejo manifesto da população, fez demolir o antigo patrimônio da cidade em nome da modernização. (Expedição Cáceres-Porto Murtinho. Anotações de viagem).

Fundada em 1778 e detendo parte significativa da história de ocupação do Pantanal, Cáceres, hoje com 80.000 hab., tem na pecuária a base de sua economia. Há alguns anos, no entanto, a cidade, que se localiza às margens do rio Paraguai, tem atraído pescadores esportivos de diversos Estados brasileiros, principalmente de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, fazendo do turismo da pesca uma atividade que rapidamente se consolida e se impõe como importante setor da economia local. (Plano de Ação..., 1997).

Turismo como experiência possível de incremento da memória e da identidade social

A vocação turística do Pantanal mato-grossense, a despeito da riqueza de seu patrimônio ambiental e de sua história, consolidou-se a partir da pesca esportiva. Se comparados aos do turismo pesqueiro, os investimentos em modalidades turísticas tais como turismo rural, ecoturismo ou turismo histórico e cultural, ainda hoje, são irrisórios na planície pantaneira. Poucos são os estabelecimentos aparelhados para atender ao turista interessado em atrativos históricos ou naturais da região. Os hotéis e pousadas, dispostos à margem do rio Paraguai, além da arquitetura estranha aos padrões regionais, costumam ser instalados em locais pouco apropriados – geralmente muito próximos das águas, o que gera desmatamentos da mata ciliar e o consequente assoreamento do rio – e raramente dispõem de sistemas eficientes de tratamento de esgoto e acondicionamento de lixo. Praticamente não há hotéis que ofereçam trilhas através de matas, passeios com guias especializados em fauna e flora locais, postos de observação de aves e mamíferos, informações adequadas e atrações relacionadas à cultura pantaneira, entre outros. Os pacotes destinados ao turista de natureza costumam possuir os mesmos roteiros e contar com a mesma infra-estrutura projetada para servir aos turistas da pesca, ou seja, apenas passeios de barco através dos rios.

Se a vocação inicial para a pesca e sua alta rentabilidade desestimularam investimentos em outros setores do turismo, o mercado tem apontado atualmente para novas tendências futuras. Acontece que o turismo da pesca esportiva, sobretudo no Pantanal do Mato Grosso do Sul, vem demonstrando, desde o início desta década, sinais evidentes de esgotamento. O esforço de pesca concentrado em algumas poucas espécies consideradas nobres, a ação antrópica que afeta os rios da região, a legislação pesqueira consideravelmente restritiva e o custo elevado dos pacotes turísticos têm contribuído para dificultar a captura de pescado, ao menos aquele com medida estipulada por lei e que permite seu transporte, e para desestimular a vinda de pescadores dos Estados mais distantes do Pantanal.

A crise que, aos poucos, se instala no cenário turístico da região tende a estimular os empresários a repensarem suas atividades, e a projetar investimentos em novas modalidades de turismo. No que se refere à população local, a queda no fluxo de turistas já repercutiu negativamente no mercado de trabalho, provocando dispensas, redução de ganhos e salários e instalando a insegurança entre trabalhadores ribeirinhos e comunidades indígenas, que têm no turismo fonte principal ou alternativa de renda.

Diante disso, ampliado em suas modalidades, o turismo, atividade que já se implantou definitivamente no Pantanal, poderia se constituir num importante mecanismo de inserção da população local no mercado de trabalho. Mais que isso, tomado em sua variante de turismo cultural, poderia constituir-se em instrumento de afirmação da identidade regional, na medida em que contribuísse para reavivar a história da gente pantaneira – o processo de ocupação, os contatos interétnicos, as relações de fronteira – e recuperar o vasto patrimônio arquitetônico e arqueológico que se encontra adormecido e abandonado às margens do rio Paraguai.

Importa saber de que maneira o empreendimento turístico poderia contribuir para desencadear um processo semelhante, de resgate da memória e de valorização cultural, quando, em muitos aspectos, é justamente essa atividade que promove a descaracterização dos costumes e que produz desequilíbrios dos ambientes nos quais se implanta. Tal como ressalta Santana Talavera (1998), o uso turístico do patrimônio, ainda que mantenha seu componente simbólico, contradiz o seu potencial de significação identitária na medida em que, recriando e espetacularizando permanentemente o patrimônio, transforma-o em mercadoria, que passa a servir aos interesses do mercado e não aos da comunidade que o detém. Para ele, a

experiência tem mostrado que é considerado patrimônio aquilo que é objeto de legislação ou que é explorado comercialmente e que “en muy pocas ocasiones el ciudadano de a pié lo conoce, lo vive como propio y se convierte en su protector y transmisor” (Santana Talavera, 1998, p. 4).

Barretto (2003), por seu lado, pergunta se a transformação de um patrimônio em bem de consumo não é preferível ao processo de deterioração ou destruição a que normalmente o bem cultural está submetido em decorrência do descaso, da especulação imobiliária e das políticas de “modernização”. Analisando experiências de revitalização de centros históricos, de implantação de diversas modalidades de museus, tais como o ecomuseu, com administração compartilhada pela comunidade, e, mais recentemente, os *site museums*, instalados nos próprios sítios históricos, Barreto argumenta que, a despeito de diversos aspectos negativos, o turismo, atividade à qual esses empreendimentos estão direcionados, permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva e de reconstrução da história (Barretto, 2003, p. 49). Para a autora, o turismo de tradição ou, como prefere, o turismo com base no legado cultural, cujo principal atrativo é o patrimônio histórico, tende a desencadear um processo cíclico no qual o incremento da memória, mediante a recuperação do patrimônio, reafirma o interesse por este último que, mais valorizado, estimula, ato contínuo, o conhecimento da história, a revitalização da memória social e a descoberta de novos patrimônios.

Mesmo projetos museológicos e turísticos que não pressupõem a recuperação de patrimônio material, mas a construção de uma leitura inovadora do passado, podem constituir importantes instrumentos de mobilização da memória e identidade de um povo, tal como demonstra MacDonald (1997) ao analisar a instalação, em 1993, de um centro de tradição na ilha de Skye, nas Hébridas escocesas. A autora aponta que empreendimentos dessa natureza, apesar de constituírem-se em representações “projetadas” do passado, podem estar intensamente comprometidos com a autenticidade e a identidade de um povo. Por utilizar-se de réplicas e não de produtos do passado, como um museu tradicional, por empregar meios técnicos da indústria para explicar acontecimentos da história e por criar espaços “míticos” em lugar de perseguir um passado “verdadeiro”, esses centros de tradição costumam ser considerados locais estandardizados e inautênticos.

MacDonald (1997) demonstra, no entanto, que, no caso de Aros – o empreendimento da ilha de Skye –, as narrativas ali formuladas são parte de

uma estratégia de resgate da história e de afirmação da identidade da população local. Em primeiro lugar, Aros não se pretende a expressão da história oficial dos povos da ilha. Pelo contrário, os projetistas do lugar entendem que estão produzindo uma versão alternativa da tradição local. Os acontecimentos históricos são conhecidos através de versões oficiais que são elas próprias “mitos”. Nesse sentido, o que se pretende em Aros é propor uma nova e mais radical leitura desses fatos. Em segundo lugar, o empreendimento não se destina apenas aos turistas, mas também, e sobretudo, à população local. Assim, o centro de tradição tem por objetivo constituir-se numa fonte de informações que visa mobilizar as pessoas para que se envolvam com sua própria história. Por último, como o empreendimento emprega jovens trabalhadores do local, são eles que narram a história para a sua comunidade.

Em suma, o empreendimento pretende contar episódios da história celta a partir de um ponto de vista alternativo e radical. Trata-se de uma visão local, contada por jovens da região, destinada, dentre outros, à população local. É uma interpretação contemporânea que fazem de sua história, uma maneira de afirmar antigas concepções e formular novas imagens de si e dos outros.

Na relação turismo e comunidade local, a autora ressalta que o primeiro não pode ser tomado exclusivamente como um dispositivo desencadeador de processos de desestruturação cultural. Se a cultura não existe em estado puro e original, a sua história não se inicia em decorrência do contato com o turista e a conseqüente deturpação dos valores tradicionais. Nesse sentido, não se pode entender a população local como um recipiente passivo das imposições do mundo exterior. Os nativos não se resumem em objetos do olhar do turista, pelo contrário, “não apenas eles podem estar muito conscientes das imagens que deles fazem os de fora, como podem também tentar ativamente contrapor-se a essas imagens e construir visões alternativas de sua história e cultura” (MacDonald, 1997, p. 175). O turismo pode, então, servir como “estratégia de apropriação”, seja da memória ou da identidade cultural.

A história e o patrimônio do rio Paraguai

Estimular a memória social, torná-la pública através da revitalização do patrimônio e do investimento no turismo histórico e cultural, é tanto mais premente e factível na planície pantaneira quando se conhece a demanda da

população por iniciativas dessa natureza³ e o valor e amplitude do patrimônio existente, desde a cidade de Cáceres (MT) até Porto Murtinho (MS), no curso do rio Paraguai.

Nas cercanias de Cáceres encontram-se importantes marcos do processo de ocupação do extremo Oeste brasileiro. Um deles é a fazenda Jacobina, que no século XIX concentrou o poder econômico e político da região norte pantaneira, sendo, à época, uma propriedade totalmente autônoma, com grandes áreas de lavoura, muito gado e, inclusive, com milícia própria. De lá partiram os primeiros ocupantes não-índios da região da Nhecolândia, no Centro-Sul pantaneiro. A fazenda Jacobina, que abrigou a expedição Langsforff em 1827, foi retratada por Hércules Florence em seu livro *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*, que deixou um testemunho do poder exercido pelos grandes coronéis dessa região distante do país. O fim da escravidão, a concorrência de outros centros açucareiros e as leis trabalhistas da era Vargas contribuíram para a decadência da propriedade, que preserva ainda hoje, em seus edifícios, a memória desse período de opulência.

Além da fazenda Jacobina, outra grande propriedade preserva viva a história da ocupação econômica da região pelo colonizador branco. Trata-se da fazenda e saladeiro Descalvados, verdadeira relíquia histórica, distante aproximadamente 140 km da cidade de Cáceres, às margens do rio Paraguai. Fundada em 1874, a fazenda, que chegou a possuir 350 mil léguas quadradas, teve instalado um saladeiro que abatia as reses da propriedade para a fabricação e exportação de charque. Seu apogeu deu-se na década

³ Vale ressaltar que mesmo comunidades indígenas locais, inseridas, ainda que de forma marginal, no mercado da pesca esportiva, têm reivindicado maior inserção e participação na economia do turismo. Assim, existem projetos de “turismo ecológico” sendo elaborados para implantação na área guató, localizada na Ilha Ínsua, ao norte do Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, os índios Cadiuéu, tradicionalmente grandes fornecedores de artesanato cerâmico para o turismo regional, começam a lidar diretamente com turistas, na medida em que sua reserva, no Pantanal do Nabilque (MS), passa a ser freqüentada por grupos de turistas, conduzidos ilegalmente por guias de Bonito (MS) e Bodoquena (MS), em busca de cachoeiras e outros atrativos naturais na região. Os Cadiuéu querem regularizar as visitas e partilhar da renda obtida pelo acesso dos turistas a suas terras.

Por fim, em território paraguaio, os índios chamacoco têm demonstrado grande interesse na presença do turismo, já que pode representar receita importante no pequeno orçamento familiar, cada vez mais limitado pelo esgotamento de solo fértil em suas reservas para o cultivo tradicional de roçados. Ademais de sua produção artesanal e de alguns singelos museus mantidos pelas próprias comunidades, as vilas dos Chamacoco são, por si mesmas, um grande atrativo turístico. As moradias, feitas inteiramente de tronco de carandá, uma palmeira típica e abundante na região, por sua singularidade e beleza, tendem a atrair a atenção até mesmo do viajante menos interessado nos costumes locais.

de 1880, quando, arrematada por um empresário uruguaio, nela foi instalada uma fábrica de extrato de carne destinada a abastecer o mercado europeu.

A empresa ainda pertenceu a um grupo belga e ao grupo americano Farquhar, que incorporou a Descalvados, em 1911, à Brazil Land, Cattle and Packing Company, proprietária de grandes latifúndios em diversas regiões do país. Em meados do século XX a fazenda foi desmembrada e adquirida por fazendeiros brasileiros. A crise que se abateu sobre a pecuária na região, aliada a outros fatores técnicos e de mercado, levou ao declínio da propriedade. Muito do maquinário da fábrica, sua caldeira, as oficinas e marcenaria e um antigo caminhão encontram-se, ainda hoje, dispostos na sede da fazenda, mas, a despeito de seu significado histórico e do interesse turístico, abandonados à ação do tempo. O edifício da casa-grande está sendo parcialmente ocupado por uma pousada destinada ao turismo pesqueiro. Muitos galpões de trabalhadores e a pequena igreja com imagens de santos também estão, paulatinamente, deteriorando-se por obra do tempo e do descaso.

Mais ao sul, a cidade de Corumbá (MS), fundada no final do século XVIII, guarda, em seu “Casario do Porto”, a memória do período áureo do comércio regional que, na passagem para o século XX, fazia circular produtos de extração vegetal, como a borracha e a poaia, o charque e peles de animais, destinados ao mercado externo, enquanto fazia chegar até o extremo Oeste produtos finos da indústria européia.

Corumbá foi também o palco de partida de muitos viajantes e expedições exploradoras, que nos legaram, através de registros gráficos, crônicas e estudos científicos, a memória dos povos indígenas e dos pioneiros brancos que se aventuraram na região. Por ali passaram, entre outras, a já mencionada expedição Langsdorff, que percorreu os sertões brasileiros entre os anos de 1821 e 1829 rumo ao Amazonas; a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, de 1913, planejada pelo Museu Americano de História Natural, com objetivo de proceder a um reconhecimento zoogeográfico das terras do extremo Oeste brasileiro; viajantes como Guido Boggiani, artista plástico, comerciante de peles e uma espécie de etnógrafo amador, que viveu entre os índios cadiuéu no final do século XIX; e pesquisadores, como o antropólogo Lévi-Strauss, que, na década de 1930, partiu de Corumbá rumo às aldeias bororo, no Mato Grosso, tendo nos legado não apenas impressões de viagens, mas uma série de estudos etnológicos fundamentais para a compreensão de importantes aspectos da cultura de alguns dos diversos grupos indígenas que vivem na região.

Da mesma forma que esses viajantes, a Comissão Rondon percorreu as terras de Corumbá e o caminho natural constituído pelo rio Paraguai, no início de 1900, empenhada em expandir a rede telegráfica nacional. O objetivo da Comissão era permitir o avanço da República aos sertões inóspitos, habitados por “populações arredias”, e servir como elemento alavancador do progresso no interior do país. Como diz Maciel, “é evidente que, [comissões como essa] além de ‘levarem’ a civilização, ferrovia e telégrafo eram, também, ‘criadoras de terras’, produziam valor para o espaço, tornavam rentável, comercializável algo que antes era apenas espaço vazio e improdutivo” (Maciel, 1981, p. 170).

Após o empreendimento bandeirante e monçoeiro, a Comissão Rondon representava mais um esforço por promover o desbravamento e a ocupação dos limites extremos do país, a partir da abertura, juntamente com a linha telegráfica, de um mercado de terras, já que o espaço ao longo dos trajetos era quase sempre reservado para o assentamento de colonos (Maciel, 1981). Hoje, na localidade de Porto da Manga (MS), ainda existe um posto telegráfico, desativado, que foi ali instalado pela Comissão Rondon e que representa, em sua arquitetura singela, um marco desse esforço expansionista e da constituição fundiária da região.

A guerra do Brasil com o Paraguai permanece viva nas edificações do Forte de Coimbra, no Mato Grosso do Sul, que foi construído entre os anos de 1775 e 1792 com o objetivo de estabelecer e guarnecer os limites do domínio português numa fronteira tênue, sobre a qual pairava tanto o interesse português quanto o espanhol. Da mesma forma, a guerra sobrevive no cotidiano da população local, seja no imaginário, através da crença nos “enterros” (tesouros enterrados por fazendeiros fugidos da guerra, que dessa forma procuravam proteger suas riquezas e economias), prontos para serem descobertos por pessoas afortunadas, seja nos costumes e no sangue castelhano que percorre as veias e inunda os hábitos e o linguajar dos descendentes dos atores da guerra.

Se muitos dos povos com os quais os primeiros exploradores tiveram contato desapareceram, em decorrência da investida do colonizador, seus vestígios ainda podem ser encontrados hoje às margens do rio Paraguai e nos capões mais distantes. Nesses locais, sítios arqueológicos guardam, na forma de cemitérios indígenas, aterros com vestígios cerâmicos e conchas, além de diversos sítios com inscrições rupestres, o registro material de sua presença por todo o território pantaneiro. Alguns grupos, remanescentes dessas comunidades indígenas, ainda permanecem na região, como é o caso dos índios cadiuéu, guató, chamacoco, terena, entre outros povos habitantes

do território paraguaio e boliviano, sendo que o turismo, como já foi dito, faz parte do cotidiano de muitos deles.

Ao se percorrer a história, através desses patrimônios, percebe-se que essa região vivenciou uma série de ciclos socioeconômicos que, entre fases de apogeu e de decadência, testemunham um esforço permanente de ocupação da fronteira oeste. Esse empreendimento colonizador nos legou não apenas monumentos arquitetônicos e registros históricos, mas também distintas categorias e grupos sociais – indígenas, pequenos agricultores, pescadores e peões de fazenda – cuja história, costumes e saberes configuram a diversidade e a complexidade das culturas e modos de vida no Pantanal.

Uma política adequada de patrimônio deve estar atenta para recuperar e valorizar manifestações dessas culturas, que hoje vêm perdendo espaço e correm o risco de desaparecer em meio a um mercado cultural altamente especializado e competitivo. Danças como o cururu e o siriri, em Corumbá e brincadeiras como a do Toro Candil, em Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul (Sigrist, 2000), podem encontrar no turismo cultural um mecanismo de revitalização e valorização que, não apenas lhes atribui novos significados, mas contribui, de modo mais amplo, para estabelecer, sob parâmetros mais democráticos, o diálogo que a população local já mantém com o estrangeiro.

As contradições do presente

O alvorecer, como que trazido pelo marulhar suave e ritmado das águas no casco de nosso barco, é anunciado pelo burburinho da mata – o canto dos pássaros, o despertar dos bugios, o movimento furtivo dos répteis entre as ramagens e a agitação dos arbustos provocada por roedores e porcos. No rio Paraguai, o dia nasce entre sons magníficos e inusitados. Nenhum deles se ouve, porém. O estrépito ensurdecido do gerador de energia, que garantiu nossos sonhos climatizados, ademais do funcionamento dos *freezers*, e a agitação da cozinha, onde a tripulação prepara, com energia matinal, o nosso desjejum, impedem que desfrutemos desse espetáculo, ao mesmo tempo raro e comovente, que é o despertar da vida diária no Pantanal. Certamente este não é um incômodo para os pescadores esportivos, clientela à qual a lancha é destinada e para cujo fim foi idealizada. O que anseiam é uma noite de sono confortável e revigorante, a fim de garantir as aventuras do dia seguinte. Para aqueles que passaram a noite na pesca, a refeição matinal é a última recompensa pelo esforço

noturno antes do descanso nas cabines refrigeradas. (Expedição Cáceres-Porto Murtinho. Anotações de viagem).

Os turistas, declararam alguns marinheiros, detêm plenos direitos e poderes no barco. Seus desejos devem ser realizados a despeito de qualquer adversidade. Não há como evitar, dizem, que se disponham ao serviço de suas vontades. As excursões são programadas com meses de antecedência e os grupos de turistas costumam ser fiéis às empresas que oferecem pacotes para a pesca esportiva. Desse modo, ainda que resultem em ações impactantes ao ecossistema da região, no turismo da pesca uma negativa às solicitações e aos desejos dos clientes pode implicar sua perda na estação seguinte.

Assim, agressões contra a natureza (animais silvestres de pequeno porte constituem iguarias cobiçadas por clientes ávidos pelo sabor local; jacarés costumam ser literalmente laçados e trazidos aos barcos, para serem fotografados com e pelos turistas; entre outras práticas impactantes, são comuns nas pescarias e passeios tidos como “ecológicos” no rio Paraguai), artifícios para proteger os pescadores da ação fiscalizadora da Polícia Ambiental, festas que seguem através da madrugada com som alto, gritarias e a presença de prostitutas⁴, entre outros aspectos, são quase uma rotina nas lanchas pesqueiras, imposta pela concorrência que se avoluma entre essas embarcações de turismo e pela falta de fiscalização dos agentes públicos encarregados do controle ambiental.

⁴ É comum a visita de prostitutas aos barcos pesqueiros. Na cidade de Cáceres, algumas casas de prostituição oferecem mulheres para acompanhar turistas, seja durante toda a pescaria, seja para fazerem programas esporádicos, quando são trazidas aos barcos mais distantes da cidade por “voadeiras”, pequenas embarcações com possantes motores de popa. Nessas ocasiões, alguns turistas, mais “abonados e corteses”, fazem vir mulheres também para a tripulação, a fim de que todos participem de sua festa.

Na vila do Porto da Manga (MS), presenciou-se um grupo de cinco meninas, três delas seguramente menores de idade, devendo possuir entre 13 e 15 anos, oferecendo seus serviços aos pescadores esportivos e outros turistas que passavam pelo local. Os programas realizados com os turistas são os mais lucrativos, conforme informaram. Porém, na ausência destes, atendem aos marinheiros dos rebocadores que navegam pelo rio Paraguai e, quando nem mesmo essa clientela se mostra disponível, acabam por se entregar, à custa de alguns trocados, aos moradores do local, pescadores de iscas e funcionários de hotéis que, como elas, vivem na condição de pobreza extrema. Trazidas de Corumbá (MS) por uma agenciadora, as meninas são hospedadas num barracão de madeira, desprovido de móveis ou qualquer espécie de conforto, e ali permanecem “trabalhando” durante 15 dias. Crianças ainda, podem ser vistas ora fazendo algazarra no convés de num rebocador, ora visitando, curiosas, camarotes de num barco pesqueiro, onde são exibidas como troféu no colo de turistas quase sexagenários, ora perambulando pela vila, abandonadas, sem assistência, sem cuidados, à mercê da sorte e dos desejos dos homens.

Ainda que o turismo não seja o agente que precipita muitos desses problemas, ele reproduz, nos espaços em que opera, mecanismos de exclusão social comuns a qualquer atividade econômica do mundo capitalista. No entanto, há que se observar que, a despeito desse fato, em muitas situações no contexto pantaneiro o turismo constitui-se em alternativa importante, quando não a única, de emprego e renda para muitas famílias da região. Isso torna-se manifesto quando se ultrapassa a foz do rio São Lourenço, que limita os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Ao ultrapassar a divisa dos Estados, o visitante imediatamente se depara com assentamentos de trabalhadores ribeirinhos. Diferente do que ocorre no Norte pantaneiro, em cujo trecho o rio possui poucos ajuntamentos humanos – existindo apenas sedes ou retiros de fazendas, e moradas de pequenos proprietários de terras, além de hotéis e pousadas turísticos – no Mato Grosso do Sul a presença dos ribeirinhos denota um processo mais intenso de ocupação humana. A legislação pesqueira diferenciada nos dois Estados é um dos fatores que explica a existência desses núcleos recentes de trabalhadores, que se constituíram para atender ao turismo da pesca. Acontece que no Mato Grosso a atividade de captura de iscas vivas destinada à pesca esportiva é considerada ilegal, enquanto que no Estado vizinho existe uma legislação específica que regulamenta essa prática⁵.

Por toda a extensão do rio Paraguai, a partir da foz do São Lourenço até o rio Aquidabã, ao sul de Porto Murtinho, é possível encontrar pessoas que se dedicam à captura de iscas. Muitas vezes, a coleta é praticada como segunda fonte de renda, por capatazes de fazendas, pequenos proprietários, empregados de hotéis, entre outros. No entanto, muitos desses trabalhadores se mudaram para junto do rio para exercer essa atividade específica. Segundo alguns informantes, a falta de oportunidade de emprego não apenas nas fazendas, mas também nas cidades do Pantanal, de onde muitos se originaram, acabou por obrigá-los a aventurar-se nessa nova atividade. Mudam-se famílias inteiras para junto do rio. Não apenas famílias nucleares, mas grupos de irmãos com suas esposas e filhos, primos, compadres, agregados, mantendo, na beira do rio, as redes de parentesco que existiam em seus locais de origem, fossem as pequenas propriedades rurais da região ou as periferias urbanas.

⁵ Lei nº 1.910, de 1º de dezembro de 1998, que disciplina a comercialização de iscas vivas para a pesca profissional e amadora no Estado de Mato Grosso do Sul.

Diversas vilas nasceram no Pantanal e muitas retomaram seu crescimento em decorrência desse fluxo humano em busca de novas oportunidades de emprego no turismo da pesca. Assim, além dos núcleos recém-instalados às margens do rio Paraguai, pequenas vilas nascidas com a atividade pesqueira, como o Porto da Manga e o Porto Morrinho, são testemunhos de que a pesca esportiva é capaz de mobilizar e empregar um número significativo de trabalhadores.

Vale ressaltar mais uma vez que, apesar de criar novas oportunidades de emprego, o turismo não está preocupado com a inserção social e a valorização da mão-de-obra. As ofertas surgem sob condições que o próprio empreendimento determina, dificilmente favoráveis aos trabalhadores sem formação escolar e sem especialização no mercado turístico, que comumente exercem atividades de baixa remuneração e, muitas vezes, insalubres, envolvendo uma série de riscos⁶.

Em seu estudo sobre as condições de trabalho dos empregados do setor de turismo no Pantanal do Mato Grosso do Sul, Moretti (1999) aponta para as dificuldades que enfrentam os trabalhadores de hotéis e restaurantes no Pantanal. Na alta temporada de pesca, muitos funcionários de hotéis chegam a trabalhar 12 e até 14 horas por dia. Quando tem início o período da piracema, em que a pesca é proibida, eles são simplesmente dispensados de suas atividades, para serem recontratados na temporada seguinte. Os trabalhadores que se empregam em grandes barcos pesqueiros, além de estarem à disposição dos turistas durante as excursões, que costumam durar entre 5 e 6 dias, praticamente não têm oportunidade de encontrar-se com as famílias, pois, assim que as embarcações chegam ao seu destino, a cidade de Corumbá, têm que ser limpas e reabastecidas para a viagem seguinte, que imediatamente se inicia. É comum as mulheres, juntamente com os filhos, dirigirem-se ao porto para encontrarem-se com os maridos que, devido ao volume de trabalho, não têm autorização para visitar suas famílias.

O modelo de exploração turística que se processa na região é marcadamente excludente, ou seja, não tem como política oferecer condições favoráveis de trabalho e, menos ainda, de ampliar a participação do trabalhador local no mercado turístico e nas decisões quanto aos rumos da

⁶ Uma referência detalhada sobre este tema, mais especificamente no que se refere à atividade de coleta de iscas vivas, pode ser encontrada em Banducci Jr. (1999).

atividade na região. Essa condição torna-se ainda mais delicada no momento em que o turismo da pesca começa, conforme mencionado anteriormente, a mostrar sinais de esgotamento. O fluxo decrescente de turistas tende a desencadear um processo de redução salarial e de estrangulamento da oferta de empregos, obrigando muitos trabalhadores a retornarem às cidades pantaneiras sem seus direitos trabalhistas garantidos e sem perspectivas de encontrar emprego.

As ameaças vindas de fora do Pantanal

Hoje avistamos a primeira draga no rio Paraguai. Em plena atividade essas embarcações garantem o tráfego dos rebocadores e seu comboio de chatas até nos períodos mais críticos do ano, quando as águas do rio estão em seu nível mais baixo. Por estarmos navegando justamente numa estação seca, nos foi possível avaliar, perplexos e desconsolados, o volume de avarias que os comboios vêm provocando nas margens do rio Paraguai. Sendo o leito bastante estreito e sinuoso, sobretudo em território mato-grossense, os pilotos utilizam-se das margens para proceder às manobras nas curvas mais difíceis do rio. Arremeter as barcaças contra o barranco não é, portanto, um acidente de percurso, mas uma prática corriqueira e necessária para conter o comboio de chatas e ajustar seu curso nos trajetos meândricos. O desbarrancamento do solo argiloso, decorrente desses impactos, além de provocar o assoreamento do rio e mudança em sua trajetória, destrói a vegetação por um largo espaço de terra firme. Sem proteção, mais solo tende a desmoronar dentro d'água, maior o assoreamento e mais prejuízos para o rio e para a fauna e a flora locais. (Expedição Cáceres-Porto Murtinho. Anotações de viagem).

Se existem problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento do turismo pesqueiro no Pantanal, a exploração desordenada das terras em seu entorno ou mesmo na planície tem se constituído em ameaça tanto para a pesca esportiva quanto para a pesca profissional. As lavouras de soja, e sobretudo as áreas de pastagens que se implantaram à custa de desmatamentos de milhares de hectares no planalto, desencadearam um processo gigantesco de erosão do solo agrícola, que acarretou o

assoreamento dos rios e sua poluição por agrotóxicos, comprometendo seriamente a vida aquática nesses ambientes. Da mesma forma, o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de arroz irrigado nas terras da planície tem provocado, segundo informações de pescadores profissionais, grande mortandade de peixes.

Aliadas a esses fatores, existem outras sérias ameaças à vida no ambiente pantaneiro, dentre elas a hidrovia Paraguai-Paraná e as indústrias de extração mineral existentes na cidade de Corumbá. Apesar do projeto de implantação da hidrovia estar suspenso no Brasil, segundo declaração em 1998 do então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (Banducci Jr., 2000, p. 64), na prática os rebocadores com seus comboios de chatas estão subindo o rio Paraguai até a cidade de Cáceres para transportar, em escala e intensidade altamente dimensionadas, produtos como a soja proveniente das lavouras de Mato Grosso.

Na localidade conhecida como Morro Pelado (aproximadamente 100 km da cidade de Cáceres) está prevista a construção de um grande porto que deverá concentrar o embarque da produção agrícola. Essa mesma região possui diversos sítios arqueológicos que, por sua vez, deverão ser diretamente impactados com a realização da obra. Além desse patrimônio, a estrada que liga as fazendas ali localizadas à sede do município, conhecida como Estrada Colonial, e que servirá para o escoamento da produção agrícola do Norte pantaneiro, abriga uma série de propriedades que, como a fazenda Jacobina, foram implantadas no período colonial e encontram-se ainda hoje conservadas.

Os efeitos danosos do tráfego das barcaças sobre o patrimônio arqueológico já se faz sentir próximo à fazenda Descalvados (140 km de Cáceres). Ali está sendo realizada uma prospecção no sítio Jatobá e uma operação de salvamento no sítio Índio Grande, cemitérios indígenas com vestígios de distintas fases de ocupação. O barranco, no qual se encontra este último cemitério está sendo destruído pelo choque das barcaças ou pelo impacto, nas margens argilosas, das ondas provocadas pelos rebocadores e por barcos de turistas. Entre os anos de 1997 e 1999 o sítio perdeu dois metros de extensão. Quem se aproxima da margem percebe detalhes das ossadas, expostas no barranco pela erosão. Em breve elas deverão se alojar no fundo do rio pelo efeito dos desbarrancamentos, apagando para sempre o registro legado pelos primeiros ocupantes do Pantanal.

De acordo com levantamentos arqueológicos⁷, existem, ao longo do rio Paraguai e nas baías próximas, mais de 100 sítios arqueológicos entre a cidade de Cáceres e a Estação Ecológica Taiamã, distantes pouco mais de 150 km⁸. Segundo dados do relatório *Retrato da Navegação no Alto Paraguai* (WWF, 2001), os sítios encontrados na região de Cáceres são extremamente importantes, pois neles “ocorrem vestígios arqueológicos de populações ceramistas que se estabeleceram em grandes aldeias e apresentam características ainda não encontradas em nenhuma outra região do território brasileiro” (WWF, 2001, p. 41).

Se o patrimônio arqueológico está sofrendo danos irreparáveis, a hidrovia também atinge o patrimônio natural do rio Paraguai, ao destruir as matas existentes em suas margens e interferir no ambiente aquático. De acordo com o mesmo relatório da WWF, “existem mais de 100 quilômetros de matas ciliares ao longo do rio Paraguai destruídos por ação de comboios de empurra, principalmente nas curvas situadas no trecho Bracinho (90%), na área da Estação Ecológica de Taiamã (do IBAMA), até a lagoa Guaíba” (WWF, 2001, p. 9), no Estado de Mato Grosso. Além das barcaças, as “voadeiras”, utilizadas pelos pescadores, têm contribuído para o desbarrancamento das margens argilosas do Paraguai, aumentando os prejuízos ambientais sofridos pelo rio.

Futuro do turismo no rio Paraguai

Ao atingirmos o Pantanal do Nabileque somos surpreendidos pela quantidade e diversidade de aves aquáticas. Centenas de maguaris, tuiuius, tabuiaiaís, entre outras espécies, alimentam-se nas baías repletas de pequenos peixes e crustáceos, presas fáceis nas poucas águas que restam em lagoas castigadas pela seca prolongada. Avistamos também cervos, bugios e queixadas. A fauna nos reserva surpresas a cada dia, enquanto que a flora nos maravilha com os carandazais que

⁷ As informações aqui expostas foram obtidas em campo através de depoimentos de arqueólogas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que realizavam trabalho de prospecção na área.

⁸ Os demais trechos do rio ainda demandam levantamento para, através dos vestígios encontrados, obter-se informações sobre a dimensão do patrimônio arqueológico e, com ele, dados sobre o tipo de ocupação e da diversidade dos povos indígenas que habitaram a região.

compõem, por dezenas de quilômetros, o dorso verde e ondulado da paisagem ribeirinha.

Aproxima-se o final de nossa jornada. À tarde atingimos o Forte Olimpo, no Paraguai. A pequena vila, ou “pueblo”, existente junto à fortificação possui menos de 2.000 hab. Ela já foi maior, dizem alguns informantes, porém, boa parcela dos moradores abandonou suas casas em decorrência da “grande cheia” do rio Paraguai, ocorrida no início da década de 1970, e não mais voltou para a região. A vila tem no turismo da pesca uma significativa parcela de sua receita. Mas, ela tem muito mais a oferecer que estrutura para o esporte pesqueiro. Do alto do morro, às margens do rio, o antigo forte militar e a igreja matriz zelam pela segurança e pela espiritualidade dos moradores da vila. As ruas, muito bem cuidadas, sem calçamento e sem buracos, tranquilas e limpas, encontram-se pontuadas por placas que fazem as vezes de nossos sinais de advertência: “El ruido no hace bien y el bien no hace ruido”, reclama uma delas o silêncio dos motoristas. E, assim, sem ruídos, parece transcorrer a vida naquele vilarejo resistente ao tempo. No armazém antigo a população adquire alimentos a granel, expostos em pesados e escuros balcões de madeira e vidro, dividindo espaço com mercadorias do mundo globalizado e algum artesanato chamacoco. Nas ruas as crianças, com uniformes brancos e sóbrios, fazem algazarra ao dirigirem-se à escola municipal. As casas avarandadas, de alvenaria ou madeira, em estilo colonial espanhol, constituem um cenário modesto e pitoresco, completado pela hospitalidade dos moradores que, diante das casas, conversam sentados, enquanto saboreiam o tereré, mate gelado típico da região, e mantêm vivo consigo um fragmento da história da ocupação castelhana do Pantanal. (Expedição Cáceres-Porto Murtinho. Anotações de viagem).

Avesso aos relatos de viagens, o antropólogo Lévi-Strauss registrou, ele próprio, numa mescla de crônica de viagem e ensaio etnográfico, sua passagem pelos sertões do extremo Oeste brasileiro (Lévi-Strauss, 1986). Recentemente publicou no Brasil uma coletânea de imagens fotográficas das expedições realizadas na década de 1930. Ainda que declare sentir-se duplamente distanciado dessas imagens, pois elas retratam um País que não mais existe e, segundo afirma, não lhe trazem a sensação intensa da experiência vivida (Lévi-Strauss, 1994), esses registros, suas recordações, suas narrativas, enfim, continuam nos servindo de referência para, através delas,

como diz Manuela C. da Cunha (Lévi-Strauss, 1994), termos acesso a uma memória coletiva em construção, a nossa memória como brasileiros.

Nesse sentido é que se levantou a indagação inicial deste estudo: não poderia o turismo, no rio Paraguai, com as narrativas que dele decorrem, produzir efeito semelhante, ou seja, estimular nossa memória e, com ela, nosso sentimento de coletividade, nossas tradições e identidade cultural?

Existem, seguindo os argumentos aqui desenvolvidos, dois caminhos que permitiriam acessar, através do exercício da memória, a experiência histórica local e estimular as referências que singularizam a identidade regional. O primeiro conduz a uma viagem pela literatura, mais precisamente pelos relatos de cronistas e pesquisadores que, no passado, visitaram a região pantaneira e que hoje nos avivam a memória com suas impressões pretéritas da cultura e da natureza regionais. O segundo promove uma viagem pelo espaço, tal como se encontra no presente, equivalente às jornadas que estes cronistas efetuaram no passado.

Na primeira possibilidade percorre-se o espaço pelo viés do tempo, ou seja, através do olhar e das impressões dos primeiros aventureiros e exploradores que percorreram os caminhos do rio Paraguai pode-se conhecer a região e os personagens que ali viveram no passado. Os relatos de viagem – crônicas, etnografias, diários, imagens, etc. – constituem, nesse sentido, um material indispensável para se acessar o passado e, através dele, refletir sobre as experiências e as relações sociais do presente. Conservar o patrimônio implica recuperar seu sentido histórico tanto quanto lhe imprimir novos e inusitados significados. Desse modo, planejar um projeto de turismo histórico e cultural, implica ampliar – através do ensino regular, da capacitação para o trabalho no turismo, da formação de grupos de pesquisa e arte folclóricos, entre outros – o acesso da população local à história registrada em livros e outros documentos. Como lembra Santana Talavera (1998), o uso de técnicas de informação, desde palestras até confecção de jogos educativos e páginas na Internet, pode contribuir para incorporar o patrimônio à bagagem cultural de um povo, e este seria um dos papéis dos pesquisadores, não apenas investigar um objeto, mas contribuir para sua difusão e ampliação de seu desfrute social.

No segundo momento, percorre-se o tempo pela perspectiva do espaço, ou seja, mediante o contato com os vestígios arqueológicos e históricos, com a natureza exuberante e pouco descaracterizada e com as diversas comunidades locais pode-se vislumbrar um pouco da história e das raízes do povo pantaneiro, bem como da multiplicidade étnica e cultural que delas resultou.

É uma forma de estimular, no contato com a alteridade (seja o “outro” histórico ou contemporâneo), significados próprios das culturas nativas, uma maneira de provocar, mediante o contato com o estrangeiro, o encontro da população local com sua história e sua cultura.

A viagem, vivenciada através dos registros do passado, e o turismo como experiência de constituição permanente de um relato futuro podem, nesse sentido, ser elementos afirmadores da identidade na medida em que desencadeiam, reforçam e reproduzem impressões, sentimentos e conhecimentos dos grupos nativos sobre si mesmos e sobre o “outro”. Para que isso ocorra, no entanto, o fazer turístico deve ser, como nos mostram as experiências dos museus de sítio, ecomuseus, entre outros, tal como descritas por Barreto (2003) e MacDonald (1997), um processo aberto a todos. Ele deve visar tanto os viajantes quanto a população nativa. Deve ser uma experiência de inclusão, em que os próprios trabalhadores do turismo tenham a oportunidade de participar como agentes, dotados de autonomia e direitos, e como “viajantes” eles próprios, como turistas em busca de seu passado e de sua cultura.

Se, como dizem Augé (1999) e Urry e Rojek (1997), o turismo é uma atividade que conduz à produção de interpretações, ao permitir e estimular que as populações nativas vivenciem seu passado, seus valores e costumes como turistas, tende a desencadear um diálogo das culturas consigo mesmas, leituras e reinterpretaciones da história que se enriquecem no diálogo inter-regional e com as culturas estrangeiras. Desse modo, o turismo desencadeia nos grupos locais um processo de reconhecimento de si e de abertura para o diálogo com o “outro”, com o turista estrangeiro atraído para a região pela possibilidade de vislumbrar a singularidade das culturas regionais tanto quanto as belezas naturais.

Vale ressaltar, por fim, que a identidade, moldada pela vivência cotidiana, é um mecanismo em constante construção. Se num determinado momento se afirma de forma perene, em outro pode modificar-se sem deixar vestígios. Aceitar essa dinâmica é fundamental para que se compreenda o modo como a população local vem organizando suas vidas nos dias de hoje. Respeitar as idiossincrasias culturais desses povos, oferecer-lhes oportunidade de reencontrar práticas e costumes tradicionais, permitir-lhes reafirmar sua identidade regional, são questões fundamentais na construção de uma experiência turística socialmente justa e ambientalmente equilibrada. É preciso que o turismo se constitua numa oportunidade para que estas pessoas contem suas histórias e, mais que isso, como afirma MacDonald (1997), uma forma de garantir que elas sejam ouvidas.

Referências

- ARAÚJO, Silvana Micele de. Artificio e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI Jr., A.; BARRETO, M. *Turismo e identidade cultural: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001. p. 49-64.
- AUGÉ, Marc. Voyage et ethnographie, la vie comme récit. *L'Homme*, 151, p. 11-20, juil./sept. 1999.
- BANDUCCI Jr., Álvaro. Os catadores de iscas das baías do Lontra. *Revista de Geografia*, ano 5, n. 9, p. 55-62, jan./jun.1999.
- BANDUCCI Jr., Álvaro. Hidrovia Paraguai-Paraná: ameaça às comunidades pantaneiras. *Revista Ciência Hoje*, n. 159, p. 62-66, abr. 2000.
- BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BOORSTIN, D. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Harper & Row, 1961.
- CRICK, Malcolm. Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings, and servility. *Annu. Rev. Anthropol.*, 18, p. 307-344, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MacDONALD, Sharon. A people's story, heritage, identity and authenticity. In: URRY, John; ROJEK, Chris (Ed.). *Touring cultures, transformations of travel and theory*. London: Routledge, 1997.
- MacCANNELL, D. The tourist – a new theory of leisure class. *Berkeley: University of California Press*, 1999. p. 155-175.
- MACIEL, Laura Antunes. A comissão Rondon e a conquista ordenada dos Sertões: espaço, telégrafo e civilização. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 0, p. 167-190, 1981.

MORETTI, Edvaldo. Atividade turística no Pantanal e as transformações no trabalho. *Revista de Geografia*, Campo Grande, ano 5, n. 9, p. 41-46, jan./jun. 1999.

PLANO de conservação da Bacia do Alto Paraguai [PCBAP/Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente]. Brasília: PNMA, 1997. 3 v., 7 t.

ORTIZ, Renato. A viagem, o popular e o outro [Ensaio]. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1995. Caxambu, 1995.

SANTANA TALAVERA, Agustín. Patrimonio cultural y turismo: reflexiones y dudas de un anfitrión. In: CONGRESO VIRTUAL DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA, 1., 1998. Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/congreso/ponencia3-10.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2003.

SIGRIST, Marlei. *Chão batido: a cultura popular de Mato Grosso do Sul, folclore e tradição*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002, Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Maria, 2002. Fotocópia do original do autor.

URRY, John; ROJEK, Chris. Transformations of travel and theory. In: URRY, John; ROJEK, Chris. *Touring cultures, transformations of travel and theory* (Ed.). London: Routledge, 1997.

WWF. *Retrato da navegação no Alto Rio Paraguai* [Relatório da expedição técnica realizada entre os dias 3 e 14 de novembro de 1999 no rio Paraguai entre Cáceres (MT) e Porto Murtinho (MS)]. 2001. 63 p.

Recebido em 16/06/2003

Aprovado em 20/08/2003